



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tradução

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Confrontado com o problema da qualidade das habitações económicas, levantado pela população e pela sociedade em geral, o Secretário da tutela, Raimundo do Rosário, afirmou publicamente que, quanto à questão da qualidade das habitações económicas, o Governo não tem meios para a controlar. Esta resposta provocou o espanto de todos.

— A Lei da Habitação Económica, publicada em 2010, definiu a responsabilidade directa do Governo na construção dessas habitações. Segundo a justificação dada sobre esta medida, o Governo passaria a ter uma maior iniciativa depois de assumir a responsabilidade directa pela construção das habitações económicas, podendo também assegurar a qualidade das construções. Porém, agora com um novo titular responsável pelo trabalho nessa área, este governante veio afirmar que é impossível o controlo da qualidade das habitações económicas construídas e vendidas à população pelo Governo, o que não é aceitável de forma alguma.

Deste modo, interpelo o Governo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1 – Se as autoridades consideram que é impossível assegurarem o controlo da qualidade das habitações económicas construídas e vendidas por elas à população, então, será que as construtoras do sector privado podem também desresponsabilizar-se da qualidade das suas construções com a mesma alegação?

2 – Na qualidade de construtor, o Governo adjudica por meio de concurso público os projectos de habitações económicas e sociais a outras empresas construtoras, depreendendo-se que essas empresas devem garantir a qualidade das construções. Acresce que, nessas empreitadas públicas, existe ainda um procedimento que acarreta custos elevados para o Governo, que é a contratação de uma empresa fiscalizadora especializada para monitorizar a qualidade da execução das obras e verificar se o seu progresso está conforme o projectado. Por outro lado, com o macrocontrolo por parte do Governo, como entidade adjudicante, a qualidade da construção deveria estar garantida. Mas, na realidade, verificam-se problemas em todas as empreitadas públicas, independentemente da sua envergadura, sendo fatídico para esses projectos os problemas com a qualidade, derrapagem orçamental e atrasos na execução das obras. Sendo um Governo que se considera responsável, as autoridades competentes devem decretar uma “ordem militar” para que seja encontrada a origem do problema, com vista à sua resolução. Lamenta-se, porém, o facto de o novo titular responsável por essa área governativa ter sido



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

o primeiro a afirmar ser impossível o controlo da qualidade das empreitadas públicas. Será este um consenso geral do Governo da RAEM, incluindo do Chefe do Executivo?

3 – Considerando a descoberta frequente de problemas de qualidade nas habitações económicas, cabe ao Governo envidar os esforços para descobrir as origens desses problemas, com vista à sua resolução. Paralelamente, é também importante que nas habitações públicas que estão a ser construídas, e também nas construções futuras, seja reforçado o controlo de qualidade para evitar a repetição dos problemas. Assim sendo, que medidas é que as autoridades têm para isso?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Au Kam San

6 de Março de 2015